



Segundo-tenente do 2º Regimento de Cavalaria do Exército dos EUA discute relatório de situação com seu grupo de combate durante exercício de adestramento no Centro Multinacional Conjunto de Apres-tamento em Hohenfels, na Alemanha, 08 Mar 13.

Exército dos EUA, Cb Tristan Bolden

A Ética Imaginária do Exército dos EUA

A Necessidade de Formular uma Verdadeira Base para a Profissão

Ten Cel Brian Imiola, Exército dos EUA

O Ten Cel Brian Imiola, Exército dos EUA, é professor no Departamento de Inglês e Filosofia da Academia Militar dos EUA. É doutor em Filosofia pela University at Buffalo. Serviu na Somália, Haiti, Turquia e Iraque.

Quase todos conhecem o conto “A roupa nova do rei”*. O rei foi induzido a acreditar que sua roupa nova era da melhor qualidade, feita de um tecido invisível para quem não fosse competente para sua função ou fosse irremediavelmente ignorante. Embora nem o rei nem seus ministros pudessem ver as roupas imaginárias, fingiram enxergá-las e, com efeito,

proclamaram em voz alta seu valor e beleza. Os habitantes da cidade seguiram seu exemplo. Durante um desfile

[*Os trechos e termos traduzidos foram extraídos de Hans Christian Andersen, *Histórias maravilhosas de Andersen*, compilado por Russell Ash e Bernard Higon; traduzido por Heloisa Jahn. São Paulo: Companhia das Letrinhas, 1995 — N. do T.]

em que o rei “vestia” suas roupas imaginárias, uma criança gritou: “Mas ele está sem nada!” Foi só então que todos se deram conta e admitiram que a belíssima roupa nova do rei era, de fato, imaginária. A situação nesse conto bem conhecido é análoga à do Exército dos Estados Unidos da América (EUA) na atualidade em relação à sua “ética.”

Há muitos anos que o Exército dos EUA discute, rotineiramente, algo imaginário: a “Ética do Exército.” Embora referências à Ética do Exército ou à “ética profissional militar” apareçam em diversas discussões sobre o Exército e a profissão e sejam até incluídas na doutrina, o fato é que uma das organizações mais antigas e importantes dos EUA não conta com uma ética profissional unificada.

Ao longo dos anos, o Exército dos EUA conseguiu se convencer de que possui uma Ética própria quando isso não é verdade. O Exército dos EUA tem um *etos* ou espírito. Temos, equivocadamente, considerado ou nos referido ao nosso *etos* como sendo uma ética. Embora tenham a mesma origem etimológica, as duas palavras têm pouco em comum. Qualquer organização pode ter um *etos*, sem que ele seja, necessariamente, ético. A Al Qaeda decerto tem um *etos*, como é, também, o caso de organizações criminosas como a Yakuza, do Japão. Nenhum dos dois *etos* parece ser ético. A ética responde a questões de certo e errado e é de natureza normativa. Em outras palavras, a ética nos diz o que devemos fazer e nos fornece orientação.

A doutrina atual e em desenvolvimento no Exército dos EUA oferece evidências para a alegação de que temos um *etos*, mas não uma ética. Embora possamos ser comprometidos com uma ética, não se sabe ao certo em que consiste e onde encontrá-la. Não se pode apontar, ler ou expressar claramente essa ética. A versão preliminar da Publicação de Referência Doutrinária do Exército 1 — *A Profissão do Exército (ADRP-1 — The Army Profession)* que “define e descreve, doutrinariamente, a Profissão e Ética do Exército” ilustra o fato de não possuímos uma concepção de ética unificada. Em seu texto e glossário, a ADRP-1 define a Ética do Exército como sendo “o conjunto em evolução de leis, valores e crenças profundamente inseridos no âmbito da cultura da profissão e praticados por seus membros para motivar e guiar a conduta dos integrantes individuais, reunidos em torno de um propósito moral comum.” Em que essa definição nos ajuda como integrantes da profissão? Resposta: muito pouco.

De fato, a ADRP-1 apenas define o termo geral “ética profissional”. Tal definição pode ser facilmente aplicada a qualquer profissão. Não contém nada que seja específico à nossa instituição nem fornece uma descrição sobre nossa ética. Além disso, definir a Ética do Exército desse modo não oferece um conteúdo ou orientação ética à instituição ou aos seus integrantes.

Vale considerar uma definição análoga, como a da Constituição dos EUA. Definir a Constituição apenas como sendo “os princípios fundamentais com base nos quais os Estados Unidos da América são governados” ajuda em pouco ou nada se quisermos, realmente, governar. É preciso saber que princípios são esses. É preciso que sejam expressos claramente, de modo que possamos consultá-los e usá-los para guiar nossas ações e decisões. Felizmente, a Constituição dos EUA faz isso. Esse não é o caso do Exército dos EUA: nossa definição genérica é completamente insatisfatória como guia para os integrantes da Força.

A doutrina... do Exército dos EUA oferece evidências para a alegação de que temos um *etos*, mas não uma ética.

Da mesma forma que sua definição, a descrição da ética do Exército dos EUA, constante da versão preliminar da ADRP-1, não tem grande utilidade como guia para os profissionais da Força. Apenas apresenta o Quadro 1, adiante, como marco para descrever a ética do Exército dos EUA e suas fontes.

Tal marco é útil para se entender um *etos*, mas não constitui uma ética. Afirmar, simplesmente, como o faz a versão preliminar da ADRP-1, que a Ética do Exército é “rica e variada quanto às suas fontes e conteúdo” não cria nem elucida uma ética.

Além disso, o conjunto de todos esses documentos não serve como uma ferramenta útil para descrever quais obrigações éticas temos como profissionais militares. Decerto não se pode ter a expectativa de que todo militar conheça todas essas políticas, tradições, tratados, acordos, regras, doutrina e direitos, muito menos

Marco da Ética do Exército dos EUA

Fundamentos Jurídicos (codificados)

Exército como Profissão
(Valores/normas para o desempenho coletivo da instituição)

Legais-Institucionais

Constituição dos EUA
Títulos 5, 10, 32 do Código dos EUA
Tratados dos quais os EUA fazem parte
Status de Acordos da Força
Leis de Guerra Terrestre

Indivíduo como Profissional
(Valores/normas para o desempenho de profissionais)

Legais-Individuais

Juramentos:
Recruta
Promoção do Oficial ao Primeiro Posto
Posse de cargo
Código dos EUA - Normas da Conduta
Exemplar
Código Penal Militar
Regulamentos do Exército dos EUA
Regras de Engajamento
Regras do Soldado

Fundamentos Morais

Morais-Institucionais

Declaração de Independência dos EUA
Tradição da Guerra Justa
Cultura do Exército dos EUA - atitude confiante
Relacionamentos de Confiança entre a Profissão e o Público, Liderança Civil e Líderes Subordinados

Morais-Individuais

Normas Universais:
Direitos Humanos Aceitos
Regra de Ouro para o comportamento interpessoal
Credos e Lemas:
Dever, Honra, Nação
Credo do Graduado, Credo do Funcionário Civil
Os Sete Valores do Exército
Credo do Soldado
Etos do Guerreiro

Quadro 1 - Marco da Ética do Exército dos EUA

que seja capaz de analisá-los, sintetizá-los e aplicá-los às situações que enfrentarão no curso de suas obrigações profissionais. Esse marco específico faz com que pareça existir uma Ética do Exército por toda a parte, quando, na verdade, ela não está em lugar algum. A situação é comparável a um velho ditado: “Quando tudo é prioridade, nada é prioridade”. Embora não descreva claramente, priorize ou ofereça uma orientação ética profissional a seus integrantes, o Exército dos EUA tem a expectativa de que eles ajam moralmente e em conformidade com algo que não existe.

É surpreendente que a Força não tenha desenvolvido uma ética profissional única, da mesma forma que outras profissões e campos já amadurecidos. Deve-se concluir que, como integrantes de uma profissão, acreditamos que não seja necessária nenhuma orientação ética ou que sejamos incapazes de fornecê-la. Surgiram vários argumentos nesse sentido, como: “Todos sabemos qual é a ética e, então, por que precisamos expressá-la?” Ou ainda: “Se a descrevermos, acabaremos por distorcê-la ou não seremos

capazes de captar a essência do que acreditamos ser nossa ética”. Outros ressaltam que os integrantes da profissão simplesmente são, em si mesmos, a personificação da ética. Essas perspectivas são problemáticas. Obscurecem e depreciam a ética do Exército dos EUA. Pare e pergunte aos seus companheiros qual é a Ética do Exército e veja qual é o resultado. Peça que eles a descrevam. Creio que o máximo que conseguirá é que repitam os “Valores do Exército dos EUA”, os quais, embora úteis, não constituem uma ética. Com efeito, muitos desses mesmos valores seriam desejáveis em organizações que consideramos moralmente erradas. A coragem é uma virtude para um terrorista, e a lealdade é uma virtude para os integrantes de grupos do crime organizado. Se não sabemos descrever a Ética do Exército para nós mesmos, como podemos esperar transmiti-la aos novos integrantes da profissão ou ao público norte-americano? Para que sejamos a personificação da Ética do Exército, precisamos saber em que ela consiste antes de podermos personificá-la.

Por fim, ainda que talvez não seja possível captar todas as nuances da Ética do Exército dos EUA, parece que outras profissões e campos têm feito um bom trabalho ao codificar sua própria ética. Consta-se que esse é o caso dos profissionais de saúde, advogados, professores, engenheiros e agentes da segurança pública. Além disso, também observamos códigos éticos claramente expressos no setor empresarial, e muitas firmas têm versões aperfeiçoadas do código básico de negócios. Esses códigos demonstram que são falsas as alegações de que os códigos de ética são implícitos e não podem ser expressos.

As Forças militares de outros países oferecem exemplos de códigos de ética claramente descritos. As Forças de Defesa de Israel têm um documento único e breve que estipula suas fontes, valores e princípios. Da mesma forma, o Exército australiano tem uma lista bem simples de comportamentos fundamentais que identificam o que significa ser um militar da Força Terrestre australiana. Ainda que não devamos, necessariamente, adotar todos esses códigos, sua existência demonstra que é possível criá-los.

O Exército dos EUA precisa de uma ética profissional que guie seus integrantes no desempenho de seus deveres. Até agora, o Exército dos EUA não expressou tal ética de forma adequada. Caso pretenda designar-se como uma profissão, a Força precisa resolver a

questão o mais rápido possível. Há muito a se ganhar com isso, incluindo:

- ◆ Possibilitar e aprimorar o desenvolvimento, a confiança e o desempenho moral de nossos militares como profissionais do Exército.
- ◆ Melhorar o relacionamento de confiança que existe entre o Exército dos EUA e seu cliente: a nação norte-americana.
- ◆ Elevar nosso *status* como profissão, em relação a outros campos com códigos de ética profissionais já existentes.
- ◆ Unir os diversos componentes da profissão: militares das armas, quadros ou serviço; militares; e o quadro de civis (a versão preliminar da ADRP-1 inclui os funcionários civis do Departamento do Exército na profissão).

Como os personagens do conto “A roupa nova do rei”, nossos profissionais precisam entender que sua crença em algo imaginário não o torna realidade. Assim que conseguirmos isso, poderemos dar início ao importante trabalho de descrever uma Ética do Exército que seja normativa, unificada e acessível à Força.

Os meios e o talento para definir esse tipo de ética já existem dentro da Força. Com efeito, temos uma organização direcionada justamente nesse sentido: o Centro da Ética e Profissão do Exército dos EUA (*Center for the Army Profession and Ethic — CAPE*), que já realizou um excelente trabalho com respeito ao Exército como profissão. Da mesma forma, profissionais do Exército dos EUA ofereceram várias ideias e sugestões para a formulação da ética em artigos da *Military Review* e outras publicações. Tudo o que o Exército dos EUA precisa fazer é reunir as pessoas certas e incumbi-las da missão de expressar nossa ética. Se existir a vontade, esse processo inteiro poderá ser concluído em menos de um ano, e poderemos comemorar o aniversário do Exército dos EUA em 2014 com a publicação de uma ética para a profissão. ■



Força Aérea dos EUA, Sgtr Brian Ferguson

Militar da força de segurança da Equipe de Reconstrução Provincial provê segurança a integrantes da equipe que se dirigem ao local da construção de um canal na Província de Zabul, Afeganistão, 14 Jun 11.